



Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Artefatos Culturais e Tecnológicos: demandas globais e reflexos na educação

Luana dos Santos Nogueira Garcia (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0001-5508-0149>

luana.garcia1@unemat.br

Maritza Maciel Castrillon Maldonado (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0001-6574-4463>

maritza@unemat.br

Resumo: O artigo aborda os impactos das demandas globais provenientes da globalização e do neoliberalismo, com enfoque na educação. Explora a influência dos artefatos culturais e tecnológicos na escola, destacando como essas demandas afetam o uso desses artefatos. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com análises de artigos científicos, dissertações e livros. Os principais conceitos teóricos incluem globalização, neoliberalismo e subjetivação. O estudo revela que as transformações globais alteraram significativamente instituições sociais, mas a escola ainda acompanha essas mudanças de maneira lenta e gradual. Entre as conclusões, destaca-se a necessidade de repensar a emancipação dos sujeitos na educação, com foco na autonomia e pensamento crítico dos alunos, em contraponto à lógica mercadológica e neoliberal que molda os modelos educacionais.

Palavras-chave: Globalização. Artefatos culturais e tecnológicos. Escola.

Abstract: The article addresses the impacts of global demands arising from globalization and neoliberalism, focusing on education. It explores the influence of cultural and technological artifacts in schools, highlighting how these demands affect their usage. The research employs a qualitative approach, grounded in a bibliographic review that includes analyses of scientific articles, dissertations, and books. The key theoretical concepts include globalization, neoliberalism, and subjectivation. The study reveals that global transformations have significantly altered social institutions, though schools have been slower and more gradual in adapting to these changes. Among the conclusions, the study emphasizes the need to rethink the emancipation of individuals in educa-

tion, focusing on students' autonomy and critical thinking as a counterpoint to the market-driven and neoliberal logic shaping educational models.

Keywords: *Globalization. Cultural and technological artifacts. School.*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, partimos da ideia de que as demandas globais que aconteceram com o advento da globalização e do neoliberalismo, trouxeram fortes reflexos em distintas áreas do conhecimento, contudo, aquela que terá prioridade aqui é a educação, especialmente, quando se refere aos usos de artefatos culturais e tecnológicos na escola. Assim, buscamos problematizar como essas demandas globais afetam os artefatos culturais e tecnológicos e como estes interferem na educação. Para isso, foi utilizada uma abordagem qualitativa, tendo como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, realizada em artigos científicos, dissertações e livros.

A partir das discussões e problematizações travadas ao longo do texto, é perceptível que as transformações ocorridas mundialmente, no que tange aos avanços tecnológicos e as políticas neoliberais - que pregam a ideia de que todos os problemas do mundo podem ser resolvidos com a lógica mercantilista - suscitaram novos modos de ser e de estar no mundo. Tudo mudou. Ou melhor, quase tudo mudou, tendo em vista que muitos espaços ainda acompanham lentamente essas transformações. Um desses espaços, que problematizo aqui, é a escola e suas relações com os artefatos culturais e tecnológicos.

Outro ponto importante que trazemos nesse texto é a discussão sobre como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, norteia o uso dos artefatos tecnológicos no espaço-tempo da escola. A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica do Brasil, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação no ano de 2017. Partimos do princípio, que assim como a ideologia do neoliberalismo, esse documento pode trazer consequências irreparáveis ou benefícios inimagináveis para a educação de nosso país. Debater essas questões é importante para o desenvolvimento de um olhar mais crítico para os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que podem afetar seriamente a educação.

2 RETROSPECTO HISTÓRICO: DOS ARTEFATOS CULTURAIS AS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO GLOBALIZADO

Ao observar a complexidade do cotidiano escolar podemos perceber que as aprendizagens podem ser tecidas a partir de distintos vieses. O viés que escolho para problematizar neste estudo são os artefatos culturais que os professores utilizam diariamente para contribuir na realização do seu trabalho pedagógico. Esses artefatos circulam no espaço escolar alterando e ressignificando as propostas curriculares. Pensamos que sejam eles os responsáveis pelas criações e invenções cotidianas que expressam um currículo praticado. Para conhecer um pouco mais sobre os artefatos culturais precisa-

mos fazer um breve retrospecto histórico e apontar os seus principais elementos constituintes.

A palavra artefato vem do latim “Arte Factu” que significa feito com arte. De acordo com distintos dicionários⁹, o seu significado está relacionado à palavra cultura por remeter a um objeto material produzido pelas mãos humanas para uma finalidade específica, que fornece informações sobre uma determinada cultura e pode ou não ser aperfeiçoado com o passar do tempo. De acordo com Santiago, Vasconcelos e Santana (2016, p. 2) os artefatos “estão presentes em nossa cultura e em tudo o que é feito pelo homem. Nesse sentido, também podemos considerar o uso das tecnologias digitais enquanto artefato”. Porém, particularmente nesse estudo, enfocaremos nos artefatos culturais usados nas escolas, a partir do século XV, como instrumentos, equipamentos, recursos, utensílios e apetrechos para auxiliar no processo de “aprenderensinar”¹⁰ dos alunos. De acordo com Oliveira e Alves (2008) esses processos são perpassados pelos usos que os professores fazem dos inúmeros artefatos culturais que constituem o nosso cotidiano. Tais artefatos são carregados por significações que estabelecem um autêntico currículo praticado.

Cadeira, mesa, carteiras, lápis, borracha, caderno, caneta, quadro, giz, apagador, etc., são alguns dos artefatos que foram produzidos historicamente e até os dias atuais são mantidos “a ferro e fogo” nas escolas. Porém, o mundo mudou. O mundo hoje é globalizado e possui demandas que precisam ser atendidas. Vivemos no mundo globalizado em que os artefatos não são mais apenas físicos e culturais, mas virtuais e tecnológicos, resultando, assim, na transformação do modo de ser e de estar neste mundo. Mas, muitas vezes, a escola não dá conta de acompanhar as novas demandas apresentadas pelos novos artefatos culturais tecnológicos. A escola continua fixa e física, com suas tecnologias palpáveis e visíveis. Acompanha lentamente as transformações do mundo e dos sujeitos que nele habitam.

Essas novas demandas do mundo surgiram com a expansão do capitalismo após o fim da Guerra Fria, em 1991. Essa expansão foi marcada pelo alargamento das relações políticas, sociais, culturais e econômicas da qual resultou em um fenômeno que passou a influenciar a vida e o pensar das pessoas. Esse fenômeno acabou trazendo mudanças constantes em níveis nacionais e globais, que modificaram por completo a vida em sociedade. Esse movimento mundial foi denominado por globalização.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007) a globalização tem diferentes aspectos, porém, na sua forma hegemônica designa uma compressão de espaço-tempo que vem expandindo-se nas mais vastas áreas geográficas do mundo, incorporando pessoas e as sujeitando às leis do mercado, de produtos e serviços. O efeito da globalização afeta não apenas as indústrias e comércios, mas principalmente, a educação. Isso porque os Estados Nacionais criam novas estratégias, relacionadas à educação, para se adequar às mudanças ocasionadas pela globalização. Tais estratégias referem-se à descentralização e privatização da educação (Apple, 2005). Segundo Tedesco (1991, p. 24), acontece

⁹ Utilizou-se, principalmente, o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2011) e o Novo Aurélio do século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa (1999).

¹⁰ A junção de palavras é uma estética de escrita utilizada no campo dos estudos com os cotidianos (Alves, 2003), que representa uma relação de reciprocidade e dicotomia. Utilizamos os pares aprender/ensinar em detrimento de ensinar/aprender devido à primeira palavra da díade se sobrepor em importância à segunda, em razão da binarização imposta pela ciência moderna.

maior interesse privado pela educação, em virtude da revalorização do conhecimento como fator de produção. Neste sentido, a necessidade de aumentar a competitividade econômica está produzindo uma mudança de enfoque muito significativa, referente à capacitação dos recursos humanos e à produção de conhecimentos, que colocam novamente a educação na agenda de prioridades das inversões privadas.

Como vimos, a produção, competitividade e focalização são elementos básicos para definir o que está por trás dos fenômenos que antecedem a globalização. Segundo Wood (2003) como o estado já abriu caminho para a globalização, nos resta apenas encontrar alguma outra possibilidade de nos opor a esse sistema que está posto.

As demandas econômicas e políticas advindas da globalização exigem novas qualificações e requalificações. Para isso, acontece gradualmente a expansão de empresas privadas visando à formação de profissionais para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais reduzido, competitivo e acirrado, já que o rentismo emprega pouca mão-de-obra. Uma questão que me parece paradoxal é o fato de que a qualificação desses profissionais depende do investimento na educação. Existem, como sabemos, diferentes maneiras de investir e prioridades que são distintas também. Investe-se para beneficiar a população ou o mercado. Nesse caso, o investimento tende a segunda opção. Qualificar profissionalmente, muitas vezes, requer uma educação meramente técnica e instrumental, que não prioriza o desenvolvimento de alunos críticos, autônomos e emancipados. É um ensino que atribui ao sujeito

um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está adquirindo conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico (Mizukami, 1986. p.11).

Nessa perspectiva, as aulas são centradas no professor, que vai controlá-las e definir a organização dos conhecimentos a serem transmitidos aos alunos, priorizando conhecimentos necessários para a aplicabilidade no mercado de trabalho. E os outros conhecimentos necessários para a formação humana do ser humano? Ah... Estes são desconsiderados nesse processo.

Esse tipo de aprendizagem mascara o olhar dos sujeitos para as questões políticas, econômicas, religiosas, sociais, etc. Dessa maneira, os indivíduos acabam sendo meras marionetes¹¹ para satisfazer os interesses daqueles que detém o poder. Será que isso remete aquilo que Paulo Freire chamou por educação bancária?

A educação torna-se, assim, um campo mercadológico, tendo como funcionalidade uma formação profissional, que prepara os alunos para fazerem parte de mais uma engrenagem dessa máquina mercantilista para atender a esse mundo globalizado e capitalista. Segundo Paulo Freire (1996), em seu livro “pedagogia da autonomia”, a educação não pode ser um depósito de conteúdos, baseada numa consciência mecanicista e compartimentada. A educação deve ser voltada para a problematização dos homens em suas

¹¹ Contudo, é preciso deixar claro a capacidade de reação dos sujeitos, a potencialidade inerente ao ser, caso contrário serão somente objetos, passivos, receptores das ações dos outros. Não podemos tornar natural o que nunca foi ou será.

relações do/no/com o mundo. Afonso (2001) traz um questionamento pertinente: Há como fazer uma reforma e mudar esse contexto? Acreditamos ser difícil! Contudo, cabe a nós resistirmos e lutarmos por nossas convicções e por aquilo que acreditamos.

Cabe um parêntese nessa discussão para destacar que a globalização não tem apenas o viés apontado anteriormente, tendo em vista que ela trouxe muitos avanços e benefícios também. Temos como exemplo a compressão espaço-temporal que foi falado há pouco e os avanços significativos no campo científico. Nesse contexto, o domínio técnico e instrumental é muito importante para estarmos nesse mundo e desenvolvermos, a partir daí, o pensamento crítico.

A partir das problematizações abordadas acima, quero me remeter novamente às discussões tecidas no início desse texto. Como vimos, o mundo mudou e se globalizou; a educação acompanha lentamente esse processo dispondo dos mesmos artefatos culturais que há quatro séculos, para auxiliar no processo de “aprenderensinar”. Porém, as crianças de hoje não são as mesmas que séculos atrás. Hoje, elas vivem neste mundo globalizado, se constituindo de formas distintas a partir do contato com os artefatos digitais e tecnológicos, que “invadem” as suas casas, os locais que frequentam e o mundo que habitam. Então, cabe perguntar: será que os artefatos culturais pensados em séculos passados, ainda dão conta de atender a este mundo globalizado?

3. EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS EMANCIPADOS

Para pensar na questão anterior, utilizo um texto de Boaventura de Sousa Santos denominado “renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social”. Trata-se de um texto que contribui para problematizarmos esses artefatos culturais, físicos e fixos, que estão na escola, pensando na possibilidade de reinventar uma nova forma de constituição do sujeito criança que precisa também ser emancipado pela educação para viver de forma consciente neste mundo globalizado.

Antes, porém, para entendermos essa problematização, vamos falar da constituição de sujeitos utilizando Foucault (2002). Para ele, o sujeito não é um ser dado, mas algo a ser constituído pelas multiplicidades de relações que o atravessa. Sobretudo, pela composição do outro e do mundo em mim (Tadeu, 2002) e também por processos de subjetivação com as mais variadas finalidades.

Particularmente, nesse estudo, a finalidade que escolhemos pensar se dá a partir da constituição dos sujeitos como peças de uma maquinaria estratégica que visa uma série de utilizações mercadológica e comercial neste mundo globalizado. Portanto, pensamos no sujeito contemporâneo a partir da pluralidade dos modos de subjetivação que o constituem, sobretudo, a partir dos avanços tecnológicos, do consumo e da exploração ocasionada pela globalização. Sobre a subjetivação, Deleuze (1992, p. 141) aponta que

Curvando sobre si a força, colocando a força numa relação consigo mesma, os gregos inventaram a subjetivação. Não é mais o domínio das regras codificadas do saber (relação entre as formas), nem o das regras coercitivas do poder (relação de forças com outras forças), são regras de algum modo facultativas (relação a si): o melhor será aquele

que exercer o poder sobre si mesmo. Os gregos inventaram o modo de existência estético.

Isso significa que os processos de subjetivação nos tornam novos sujeitos, sendo estes presos a uma identidade que acreditam ser sua. Somos assujeitados a relações de saber e poder produzidas discursivamente. Assim, podemos perceber como o sujeito criança está sendo constituído nesse mundo a partir de processos de subjetivação para serem inseridos como integrantes dessa maquinaria estratégica do capitalismo.

É significativo notarmos que o sujeito criança está imerso a essas demandas do mundo globalizado, que contribui para que ela se constitua de maneira distinta e múltipla. Logo, esse sujeito precisa ser emancipado pela educação para desenvolver sua autonomia intelectual e não se tornar autoalienado e fácil de manipular.

Segundo Adorno (1995) o problema da emancipação hoje é identificarmos quem somos. Para isso, a educação precisa ser pensada para a resistência e contestação. É preciso que os “praticantespensantes”, do cotidiano escolar, apresentem aos alunos os famosos Fake News e os demais elementos, postos pela indústria cultural, para o desenvolvimento de uma falsa opinião. Pensamos que somente assim os alunos aprenderão a ter uma auto-consciência crítica, isto é, aprenderão a pensar por si mesmos e não se deixarem levar pelas ilusões advindas com a expansão do capitalismo. Nesse sentido, a educação deve desempenhar

um papel emancipador nos indivíduos, ou seja, deve ser instigado nestes, sua capacidade reflexiva, pois a Educação na sociedade atual, parece ter perdido esse caráter, uma vez, que o sistema capitalista, interfere de forma direta na vida de cada uma, moldando-as desde de seu modo de pensar a forma de se vestir, através de sua ideologia. Isso ocorre justamente porque a “indústria cultural” com suas alegorias consegue atrofiar a racionalidade, no que diz respeito à capacidade crítica (Santos; Rocha, 2016, 75).

Para isso, é preciso reinventar as possibilidades emancipatórias a partir de uma utopia crítica (Santos, 2007) combatendo a barbárie e o comodismo intelectual; é necessário o desenvolvimento de subjetividades rebeldes e não de subjetividades conformistas; é imprescindível construir a emancipação “a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença” (Santos, 2007, p. 62); é preciso, sobretudo, a criação de epistemologias do sul, de estratégias reformistas e de novas formas de insurgência.

E se começássemos, justamente, a “sulear” a educação e os demais elementos que a compõe? Pensamos que assim, teremos outros olhares para os sujeitos colonizados, para as fronteiras que precisam ser borradas e para o mundo que não é homogêneo, mas cambiante e híbrido. Conforme Santos (2007, p. 60) não estamos tentando com isso “criar um pensamento de vanguarda; o que estamos fazendo é compreender o mundo e transformá-lo junto com os movimentos e as associações que compartilham essa paixão conosco”. Pensamos que o sujeito coletivo e também os sujeitos praticantes da liberdade (Foucault, 2002) são aqueles que podem orientar “sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência” (Santos, 2007, p. 3).

Por onde começar, entretanto? Pela escola. É neste espaço-tempo que muitas crianças passam a maior parte do seu dia, se constituindo e se (re)inventando. Cada ritual, encontros e acontecimentos ali estabelecidos, contribui para que as crianças tenham conhecimentos sobre o mundo e compõe relações sobre ele. É, portanto, na escola que tudo deve começar. A princípio, por uma educação para a rebeldia e contestação, que almeja a formação de um sujeito emancipado das amarras do capital.

4. O MUNDO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO

Existe outro item muito importante para se debater quando falamos em capitalismo: o neoliberalismo. Mais conhecido como doutrinador socioeconômico, o neoliberalismo é um processo mundial que apresenta a difusão de padrões e de indicações político-econômicos. Bianchetti (1997, p. 20) o considera como uma “contra revolução monetarista que propõe o desmantelamento das instituições sociais criadas pelo modelo do estado benfeitor”, bem como, o define

como um movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos, em meados da década de 70, cuja proposta econômica significa o retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo, ou seja, às propostas da economia clássica como única alternativa de superação da crise pela qual passam essas sociedades (Bianchetti, 1997, p. 21).

Nesta mesma direção, Freitas (2011, p. 1) percebe o neoliberalismo como uma articulação política liberal-conservadora da qual se unem “interesses políticos e econômicos destinados a revitalizar as taxas de acumulação de riqueza em queda na década de 70”. À vista disso, o neoliberalismo é um movimento que reconhece as iniciativas individuais como alicerce da economia, defendendo a não participação do estado na economia, bem como, é a favor do livre mercado, pois defende que este é o “grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade” (Hofling, 2001, p. 37).

Ainda de acordo com Hofling (2001), para os neoliberais as políticas públicas são consideradas um entrave para a sociedade e a enxergam como responsável pela crise que vivenciamos hoje. Por isso, defendem a iniciativa privada como um estabilizador para a economia do país, entretanto, a “estabilidade de que fala o consenso neoliberal é sempre a das expectativas dos mercados e dos investimentos, nunca é a das expectativas das pessoas” (Santos, 2002, p. 30). A partir das proposições acima citadas, pensamos que o mundo do neoliberalismo é conservador

porque o que se deve fazer para resolver todos os problemas é radicalizar o presente. Essa é a teoria que está por trás do neoliberalismo. Ou seja: há fome no mundo, há desnutrição, há desastre ecológico; a razão de tudo isso é que o mercado não conseguiu se expandir totalmente. Quando o fizer o problema estará resolvido (Santos, 2007, p. 54).

O que mais nos preocupa é o fato de que essa lógica do mercado invada o terreno da educação nacional e a destrua. Todavia, me parece que isso já não está longe de

acontecer, porém, essa é uma conversa para outro momento. Refletir sobre as reformas que acontecem nos estados, em perspectiva global, é pertinente para entendermos os rumos e reflexos que podem ocasionar em nosso próprio país. Para isso, vou me deter aos estudos de Freitas (2011), sobre as marcas deixadas pelo neoliberalismo em vários países da América Latina, especialmente, no âmbito da educação.

Segundo o autor, as propostas educacionais, nesses países, se configuram a partir da meritocracia, responsabilização e controle de métodos através de apostilamentos. O objetivo do neoliberalismo nesse âmbito é o de organizá-lo “como os negócios são organizados: o que é bom para mercado é bom para a educação” (Freitas, 2011, p. 3).

Para esse modelo de responsabilização o que importa são as formas de desempenho para o desenvolvimento de competências e habilidades, obviamente, com finalidade mercantilista. Segundo Freitas (2011, p. 16), é um modelo cujo inclui três elementos: “medição do desempenho dos alunos; relatório público do desempenho da escola, e recompensas ou sanções baseadas em alguma medida de desempenho ou de melhora do desempenho”.

Na educação atual já percebemos algumas semelhanças com esse modelo, pelo qual anda lado a lado com a privatização, principalmente, por legitimar a meritocracia como fator determinante para o desenvolvimento do aluno.

A meritocracia reúne os instrumentos para promoção de ranqueamento ou ordenamento de alunos, escolas ou profissionais da educação com a finalidade de definir recompensas para professores ou para a equipe da escola (salariais) ou punições (demissão ou perda de salário adicional). Fortemente ancorada em processos matemáticos e estatísticos de estimação, é principalmente usada como ferramenta para estimar metas a serem cumpridas pelas escolas e pelos profissionais. Os resultados dos processos de avaliação são assumidos como válidos para definir o pagamento por mérito, entendido este como a recompensa por um esforço que levou a conseguir que o aluno aprendesse, atingindo uma meta esperada ou indo além dela (Freitas, 2011, p. 17).

Como vimos, a meritocracia está pautada na lógica dos negócios, pois, para os neoliberais, a melhoria da educação se dá pela concorrência, nos negócios não seria diferente. Para eles, a educação é pensada pela lógica do mercado e, logo, pode ser comprada como qualquer outra mercadoria. Assim, “quem paga mais, leva”, ferindo, desta forma, um direito humano fundamental e princípio constitucional. As empresas e suas associações visam assegurar o controle ideológico da educação e isso é temerário, pois há consequências não quantificáveis na transposição da lógica do mercado para a lógica educacional.

A questão central é segundo Freitas (2011, p. 28), criar nas escolas uma geração mais exigente e crítica, que “aprenda com os problemas gerados pelo sequestro da avaliação pela área dos negócios em outros países. Que seja exigente quanto aos critérios de validade dos testes e seus limites e que exija do poder público, garantias de que tais critérios e limites estão sendo observados”. Infelizmente, esse modelo já está instituído no Brasil. O que podemos fazer é lutar para mudar essa utopia neoliberal conservadora para uma utopia crítica (Santos, 2007). Mas, como pontua Freitas (2011), a batalha será dura, principalmente contra a privatização da escola pública, via responsabilização e

meritocracia. Teremos que, sobretudo, enfrentar e resistir à formulação de leis e políticas compensatórias que podem mudar os rumos da educação de nosso país.

Toda essa conversa me leva a pensar sobre os artefatos culturais que estão na escola. Será que eles darão conta de constituir as crianças que estão entrando nesse mercado que exige das pessoas determinados tipos de sujeitos, determinados tipos de comportamentos, de atitudes, de valores? Acredito que o sujeito criança, que está na escola hoje, precisa ser muito mais antenado, mais esperto, mais crítico para contrapor a lógica do neoliberalismo, caso contrário, se tornarão um povo alienado de fácil manipulação.

5. BNCC no contexto de capitalismo neoliberal globalizado e de mercantilização da educação

A educação no Brasil ampliou-se nos últimos anos, no entanto, ainda há lacunas que precisam ser preenchidas para obtermos melhorias na qualidade da educação. Dentre essas lacunas, citamos a demasiada preocupação pelas estatísticas e escalas de eficiência dos índices de aprendizagem. Mediante a este contexto, e ao advento crescente da globalização e das tendências neoliberais, surgem resultados de pesquisas apontando metas educacionais não cumpridas, planejamentos e projetos ineficazes, elevados índices de repetência e evasão escolar, ou seja, detectando péssimos resultados pedagógicos, detectados em testes que não levam em conta importantes aspectos da formação.

Com esses devires no campo educacional, as articulações políticas-institucionais do Brasil elaboraram um documento de caráter normativo, que define o conjunto de aprendizagens, ditas como essenciais, que “todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação” (Brasil, 2018, p. 3). É um documento que, assim como a ideologia do neoliberalismo, pode trazer consequências irreparáveis para a educação pública, laica, gratuita, obrigatória e de responsabilidade exclusiva do Estado em nosso país.

Estamos falando da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o Ensino Fundamental e alguns dos elementos que a compõe, ou melhor, apenas um dos elementos que a compõe: os artefatos tecnológicos no espaço-tempo da escola. Sabemos que é um tema pertinente, principalmente, por se tratar de um documento norteador do currículo das nossas escolas. Por isso, é preciso ir mais longe e tecer fios entre a Base e as escolas para problematizar essa temática.

Quando falamos de escola e de tecnologia, uma questão vem à tona: Como estão sendo vistas e trabalhadas na escola? Ou não estão sendo trabalhadas? Voltamos novamente à discussão inicial desse texto. As crianças, nos dias de hoje, vivem neste mundo globalizado, neoliberal e mercantilista, se constituindo através dos usos de artefatos digitais e tecnológicos. Como, porém, travar essa relação entre tecnologia e escola, se esse espaço acompanha lentamente as transformações ocorridas no mundo? Se esse espaço conserva os artefatos culturais no processo de “aprenderensinar” cotidiano?

Nesse contexto de problematizações, ainda questionamos, como a Base propõe modificar esse cenário? Ou dito de outras formas: Como a Base pode contribuir para que as crianças se tornem sujeitos reinventados e emancipados, esses sujeitos que estão

acompanhando o movimento do mundo e se tornando sujeitos críticos perante esse mundo? Será que a BNCC dá conta de atender a essa necessidade desse novo sujeito? Será que esse documento norteador traz a necessidade de a tecnologia estar presente no cotidiano das crianças enquanto invenção de novas formas de existir?

Não pretendemos aqui buscar as justificativas implicadas na produção deste documento. Dedicaremos-nos em tecer fios e tramas acerca da sua elaboração, mostrando como este dispositivo pedagógico está transpassado por tramas discursivas e relações de força, que o constituem como um dispositivo de poder.

A partir de leituras realizadas da BNCC, foi perceptível que uma das competências gerais para a Educação Básica, especificamente a quinta competência, refere-se aos usos dos artefatos tecnológicos no espaço-tempo da escola:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 7).

Está presente aqui, uma das competências gerais da Base, o que evidencia a preocupação nos possíveis usos, que os currículos escolares prescreverão, a respeito da tecnologia na escola. Na passagem acima delineiam-se duas questões importantes: a primeira diz respeito ao uso crítico, reflexivo e ético da tecnologia e a segunda é relativo ao, que Foucault (1977) chama por Cuidado de si, ou seja, a essa precaução de promover a vontade e o desejo do sujeito de ser protagonista e autor em sua vida, resultando em uma “ética da existência”.

Pensamos que seja uma competência formidável se for gestada tal qual está no “papel”, do contrário, fará parte de mais um conjunto de belas palavras presentes em documentos orientativos que chegam a nossas escolas. Falar de uso crítico e autônomo de artefatos tecnológicos nas escolas significa falar de novas formas de existência e de possibilidades para a educação; significa falar de avanços para a escola que, atualmente, acompanha lentamente as mudanças do nosso tempo.

É preciso também atentar para o caráter abrangente que a BNCC confere aos artefatos tecnológicos. O seu uso está presente em todas as competências específicas por áreas do conhecimento¹² para o Ensino Fundamental, exceto a Educação Física¹³, que não faz nenhuma menção às tecnologias. Esse caráter abrangente denota o cuidado de estabelecer que todas as áreas do conhecimento, a serem trabalhadas nas escolas, utilizem a tecnologia como artefato para a aprendizagem dos alunos.

Interessa aqui, pois, também evidenciar que é um documento cujo discurso, nas mídias televisivas, rádios, jornais e internet, ecoa muito interessante e vantajoso para os alunos e para os pais é uma melhora indubitável na educação de seus filhos. Segundo Foucault (2012, p. 9), “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por fun-

¹² As áreas do conhecimento são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

¹³ A Educação Física está incluída na área do conhecimento de Linguagens, assim como, a disciplina de Língua Portuguesa, Arte e Língua Inglesa.

ção conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Isso evidencia que o caráter proeminente dos discursos proferidos sobre a Base não ocorre por acaso, pois há uma relação de poder complexa inerente à sua materialidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os artefatos culturais e tecnológicos proporciona conhecer as problemáticas advindas com a globalização e com os avanços técnico-científicos, especialmente, no âmbito da educação. Como vimos, as transformações ocorridas no mundo e na sociedade, advindas com a globalização, trouxeram novas demandas para a vida em sociedade, das quais modificaram profundamente o cenário de muitas instituições, com exceção da escola que acompanha lentamente esse processo global. Esse espaço-tempo enraizou determinados artefatos culturais físicos para o auxílio no processo de “ensinar-aprender”, que não consegue ser complementado ou substituído por um artefato virtual que vem sendo disseminado com muita velocidade pela sociedade, representando as novas relações travadas no século XXI: os artefatos tecnológicos.

A tecnologia pode nos fazer repensar uma nova constituição dos sujeitos, especificamente, reinventar uma nova forma de constituição do sujeito criança que precisa também ser emancipado pela educação para contrapor a lógica do neoliberalismo. Percebemos que as crianças precisam ser constituídas de forma autônoma, crítica e emancipatória para dar conta de viver neste mundo capitalista e mercadológico, que exige tipos específicos de sujeitos objetivando torná-los objetos de dominação e regulação, como analisa Foucault (2012).

Fruto de relações de saber e poder encontramos a Base Nacional Comum Curricular que, através de práticas discursivas, disseminadas pelo corpo social e tomadas como fundamentais, trazem a necessidade de reformas no ensino fundamental e médio para a melhoria da qualidade de educação do Brasil. Porém, como sabemos, existem relações de forças diretamente implicadas em sua formulação proveniente da privatização, da lógica do mercado e do neoliberalismo.

Acreditamos que problematizar como essas demandas globais afetam os artefatos culturais e tecnológicos e como estes acabam interferindo na educação é pertinente, em razão de propiciar um olhar mais crítico para os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que estão ao nosso redor; e um tom mais questionador sobre as relações de sujeição implicadas em determinados dispositivos de poder que atuam em nossa sociedade de forma capilar e, quase, imperceptível.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Teodor. **Educação e emancipação**. 2º ed. Trad. de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AFONSO, Almerindo Janela. A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas. Elementos para pensar a transição. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 37, 2001.
- ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.23, pp.62-74.

- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: 2005.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Editora 34, 1ª edição, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3** - o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Luiz Carlos. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnismo? Seminário de educação brasileira. **Simpósio PNE** – Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional. Campinas: CEDES, 2011.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas** – sobre redes de saberes. Petrópolis: DP et Alli, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Fundação Mário Soares. Grádiva Publicações. Lisboa (Portugal), 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Silmara Karine Mendes dos; ROCHA, Fábio Libório. Emancipação intelectual em Theodor Adorno. **Cadernos Zygmunt Bauman**, vol. 6, num. 11, 2016.
- SANTIAGO, Larisse Barreira de Macêdo; VASCONCELOS, Karla Colares; SANTANA, José Rogério. O uso dos artefatos tecnológicos virtuais e digitais na escola. **Revista de estudos em linguagem e tecnologia**. Ano VIII, n. 02, 2016.
- TADEU, Tomaz. A arte do encontro e da composição: Spinoza + Currículo + Deleuze. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 2002.
- TEDESCO, Juan Carlos. Alguns aspectos da privatização educativa na América Latina. **Estud. av.** vol.5 no.12 São Paulo: 1991.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: A renovação do materialismo histórico. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1ª ed. São Paulo. Boitempo: 2003.